

B o l e t i m

PREVI

Nº 78 • Fevereiro 2001 • Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil • Tiragem: 137.000 exemplares

Um balanço de 2000

Relatório Anual estará na rede

O Relatório de atividades de 2000 vai chegar aos associados em breve. Desta vez, aqueles que possuem e-mails cadastrados vão receber o Relatório pela Internet. Único fundo de pensão do País a levar os números para deliberação dos participantes, a PREVI dá um passo que facilita a comunicação e reduz custos. A iniciativa foi bem recebida pelos nossos internautas.

Para prestar contas de tudo o que foi feito, nesta edição trazemos os próprios dirigentes. Nas páginas 4 a 9, o presidente e os diretores falam das realizações do período, dos projetos e da continuidade de estudos essenciais para o enquadramento da PREVI a determinações da legislação.

Nossa intenção é antecipar o debate sobre o desempenho da PREVI no ano passado. Isso será fundamental para que você possa manifestar sua opinião de forma consciente, com a certeza de que seu voto fortalece a PREVI.



2

CARTÃO PREVI
Associados trazem
novos parceiros



10

PLANO 2
Cresce 236%



12

ENTREVISTA
Secretária nega
intervenção

Por onde você anda?

Os resultados da proposta de reaproximar antigos colegas, feita na última edição do Boletim PREVI, mostram que as amizades resistem ao tempo. Recebemos várias cartas e e-mails e o primeiro reencontro foi o de José Voney Silveira e Paulo Nasimoto, que trabalharam juntos na Ag. Ponta Porã (MS) em 1971. Há alguns anos, José não sabia o paradeiro do colega. "Foi uma grande alegria

reencontrar meu amigo", conta ele. Para participar, mande sua carta ou e-mail informando nome completo, época e local de trabalho do colega que você quer reencontrar. Todas as correspondências recebidas devem ter o telefone do remetente para ser repassado ao colega procurado. O Boletim também aguarda fotos de reencontros para publicar nas próximas edições.

Você faz o Clube de Benefícios

CARTÃO PREVI

Diversos estabelecimentos de norte a sul do País têm procurado a PREVI para oferecer descontos no Clube de Benefícios, recomendados por participantes e associações. Destacamos a colaboração da AFAGO – Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do BB no Estado de Goiás. Parabéns a todos os associados que mostraram ser consumidores preferenciais.

O Cartão PREVI é bom para os participantes e para os lojistas. Já conta com descontos em mais de 1800 pontos de atendimento e as lojas têm seus produtos divulgados para mais de 125 mil consumidores. Aguardamos sua indicação, pois o Clube depende de todos nós para continuar crescendo.

O estabelecimento que possua mais de 5 pontos de atendimento pode se inscrever pelo site www.previ.com.br.

CONHEÇA NOSSOS NOVOS PARCEIROS

EMPRESA	LOCAL	TELEFONE
 Pet Place - Veterinária	Goiânia/GO	(62) 278-4452
 Óticas Gami	Goiânia/GO	(62) 229-1918
 Kapra Medical	Porto Alegre/RS	(51) 241-8144
 Jornal O Dia	Rio de Janeiro/RJ	(21) 3891-6065
 Ótica Visolux	Rio de Janeiro/RJ	(21) 255-2688
 Colégio Pinheiro Ilha	Rio de Janeiro/RJ	(21) 467-7751
 Jornal Gazeta Mercantil	Rio de Janeiro/RJ	0800-14-6000
 Espanhol, Inglês Informática Pentágono Ltda	Rio de Janeiro/RJ	(21) 252-1133
 Drogaria Americana	São João Del Rei/MG	(32) 3371-8131
 Varga Serviços Automotivos	São Paulo/SP	(11) 6601-7445
 Yachtsman	São Paulo/SP	0800-15-1976
 Hotel Mantovani	Águas de Lindóia/SP	0800-11-0143
 Óticas Itamaraty	Fortaleza/CE	0800-85-8777
 Felicità Cerimonial	Vila Velha/ES	(27) 329-2013
 Stand'Arte	Belém/PA	(91)230-3718/230-3718

FIQUE LIGADO

Volta a cobrança do empréstimo simples e da Carim

■ Em março, a PREVI está retomando a cobrança das prestações do empréstimo simples e do financiamento imobiliário, suspensas desde dezembro de 2000. No caso do empréstimo simples, a renovação só pode ocorrer caso já tenham sido pagas seis prestações.

Nos financiamentos imobiliários, há reajuste das prestações dos funcionários da ativa que tiveram variação salarial. O aumento começa a ser cobrado na prestação de março e a diferença referente aos meses de setembro de 2000 a fevereiro de 2001, em abril, junto com a

prestação do mês. A diferença se refere aos meses de setembro a novembro de 2000 e não foi cobrada anteriormente porque o acordo salarial, firmado em novembro, não permitiu acertos de cálculo ainda naquele mês.

Março é também o mês de encerramento do processo de repactuação do financiamento imobiliário. O dia 31 marca o final da repactuação, conforme decisão da Diretoria Executiva.

Segunda etapa abrange aposentados e pensionistas

■ A PREVI está dando continuidade ao processo de cadastramento de seus

beneficiários. Cerca de 1.400 aposentados e 220 pensionistas selecionados por amostragem terão até 4/5/2001 para devolver o formulário preenchido e com a assinatura abonada por qualquer agência do BB. Somente estas pessoas precisam se recadastrar agora. O formulário deve ser encaminhado por malote ou correio para PREVI/Geben (RJ). Mais informações pela Central de Atendimento, 0800-21-0505.

O cadastramento contribui para a segurança do Plano de Benefícios 1. Além disso, por força do convênio com o INSS, a PREVI é responsável pelo cadastramento de aposentados e pensionistas junto à Previdência Oficial.

Boletim
PREVI

O Boletim PREVI é editado pela Gerência de Comunicação e Marketing
Tiragem desta edição: 137.000 exemplares

Praça de Botafogo 501,
3º e 4º andares
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 22250-040
Tel.: 0xx-21-3870-1000
Atendimento ao associado:
0800-210505
<http://www.previ.com.br>

Edição
Seluloid AG Comunicação
Arte
Ana Paula Pimentel

Jornalista responsável
Wellington Geraldo Silva
Mtb18499/110-RJ

Conselho Deliberativo
Titulares
Presidente: Paulo Edgar Trapp
Antonio Luiz Rios da Silva
Arlindo Magno de Oliveira

José Roberto Mendes do Amaral
Leandro Martins Alves
Renato Luiz Belinetti Naegele
Valmir Marques Camilo

Suplentes
Carlos Alberto de Araújo
Edson Atsumi Tanigaki
Gilberto Matos Santiago
Jacques de Oliveira Pena
Rubens Rodrigues Filho
Rubens Vieira do Amaral Júnior
Sueli Berselli Marinho

Diretoria Executiva
Presidente
Luiz Tarquinio Sardinha Ferro
Diretor de Administração
Nélson Henriques Lima
Diretor de Investimentos
Gilberto Audelino Correa
Diretor de Participações
Sérgio Ricardo Silva Rosa
Diretor de Planejamento
Erik Persson
Diretor de Seguridade
Henrique Pizzolato

Conselho Fiscal
Titulares
Presidente: Pedro Carlos de Mello
Adalberto Thomaz Gangoni
Elídia Resula Ulerich Bonfim
Fernanda Duclos Carisio
Sérgio Ricardo L. de Farias

Suplentes
Danilo de Siqueira Campos
Luiz Fernando Loures de Oliveira
Luiz Oswaldo S. M. de Souza
Olivan de Souza Faustino

expediente

NA REDE



Relatório Anual na Internet

A PREVI está testando os e-mails dos participantes cujos endereços constam de seu cadastro. O objetivo é passar a enviar para esses associados informações somente pela Internet, reduzindo custos de tiragem e postagem de impressos. Além disso, a comunicação ganha maior velocidade.

Estão sendo feitos estudos para envio do Relatório de 2000 pela Internet. Estima-se que a PREVI economize cerca de R\$ 50 mil com a redução de impressão e remessa Relatório. Como são enviadas no ano várias informações aos participantes, dá para ter uma idéia da economia que a Internet pode proporcionar – tudo isso sem que o associado perca nenhuma informação.

INVESTIMENTOS

Vale e CSN

PREVI ganha US\$ 215 milhões com o descruzamento

A pós dois anos de negociações, o processo de descruzamento das participações acionárias entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional está concluído. A operação consistiu na venda da participação da PREVI e da Bradespar na CSN para o Grupo Vicunha. Em contrapartida, a CSN vendeu suas ações da Vale para a PREVI e para a Bradespar, que passam a ser os principais controladores da Vale. As duas operações envolveram valores da ordem de R\$ 4,8 bilhões.

Durante entrevista coletiva realizada no dia 15/3, o presidente da PREVI, Luiz Tarquínio, defendeu a realização do negócio. “Estou nessa operação desde que cheguei à PREVI. Saímos de uma empresa competente, mas estamos concentrando esforços numa empresa também competente e de grande potencial, que é a Vale”, disse. Segundo Tarquínio, o descruzamento é parte do trabalho de reestruturação da carteira de ações. “Reduzimos nossos conflitos societários, uma vez que tínhamos participações em empresas que competiam entre si, como era o caso da CSN e Usiminas. Além disso, o descruzamento acaba com um problema que era o fato de uma siderúrgica ser a controladora de um dos principais fornecedores de seus concorrentes”, explica.

Com a efetivação do descruzamento, a PREVI terá também substanciais ganhos econômicos. Como vendeu seu bloco de ações na CSN por valor acima do cotado em bolsa, a PREVI ganhará cerca de US\$ 215 milhões com a operação.

Luiz Tarquínio

Foto: PR de Bruno

Numa avaliação ampla como foi o ano de 2000 para a PREVI?

A PREVI caminhou bem nesse período. Apesar de encerrarmos o ano com assuntos de grande relevância pendentes, como a paridade e as mudanças na Carim, 2000 foi um ano de muito trabalho. Concretizamos ações para atender melhor nossos associados e avançamos na direção de dar à PREVI instrumentos que possibilitem administrar com sintonia recursos e compromissos.

Quais os fatos que merecem destaque em 2000?

Mantendo o propósito de estreitar o relacionamento com os associados, destacamos o envio do Cartão PREVI. Os aposentados ganharam uma nova "identidade", que lhes dá acesso às dependências do Banco. Procuramos conferir total transparência e segurança às eleições que aconteceram em maio. Pela primeira vez, encaminhamos para todos os associados o Regulamento de Consultas ao Corpo Social. Para facilitar a participação dos aposentados, viabilizamos a votação por telefone. No final do ano, retomamos os encontros regionais com os associados das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com relação aos investimentos, o que o senhor destacaria?

Destaco a participação da PREVI na operação de descruzamento das participações acionárias entre a Vale do Rio Doce e a CSN. A ne-

gociação foi longa e demandou muito empenho de todos os envolvidos. A PREVI é agora a principal acionista da Vale, empresa que apresentou um resultado extraordinário em 2000, com lucro superior a R\$ 2 bilhões. Com o descruzamento, iniciamos a reestruturação de nossa carteira com a intenção de evitar conflito de interesses em nossas participações acionárias.

2000 foi um ano em que os fundos de pensão foram muito solicitados no sentido de discutir e negociar mudanças nas regras do sistema. Como a PREVI participou desse processo?

A PREVI se empenhou no acompanhamento dos trabalhos do Legislativo e do Supremo Tribunal Federal, participando de debates e propostas sobre imunidade dos fundos de pensão, sobre o Decreto 3721, que trata da idade mínima, e sobre a antiga 2720, que determina novos parâmetros de investimentos para os fundos. Acompanhamos também, no Legislativo, a análise das propostas de mudanças na Previdência e na Lei das S.A. No âmbito judiciário, são relevantes as vitórias que temos obtido com relação ao pagamento da contribuição patronal aos predevistas.

Os associados podem continuar mantendo expectativas em relação a mudanças no financiamento imobiliário?

Resolver as questões de liquidez e rentabilidade da Carim é uma das grandes preocupa-

Um ano de muito trabalho. Assim Luiz Tarquínio, presidente da PREVI, avalia 2000. Segundo ele, realizações como o Cartão PREVI, as eleições para dirigentes e os encontros regionais com participantes atestam a preocupação em melhor atender. Nos negócios, Tarquínio destaca o descruzamento das participações acionárias entre a Vale e a CSN. Na entrevista, ele fala dos momentos mais relevantes na condução da PREVI no ano passado.

ções da Diretoria. Creio que, após concluídos os estudos solicitados pelo Conselho Deliberativo, vamos poder enfim encaminhar solução adequada aos problemas da Carteira.

No seu entendimento, chegaremos a uma decisão satisfatória para todas as partes envolvidas na questão da paridade?

Acredito que sim. Felizmente o desempenho da PREVI nos dois últimos anos nos deu conforto para discutir alternativas que podem possibilitar a implantação da paridade sem a elevação das contribuições dos participantes. Na verdade, a questão não fechou porque faltou consenso em relação ao destino de recursos que ainda restariam mesmo após a concretização da paridade. Mantenho a fé de que o desfecho vai atender aos interesses dos participantes e do Banco do Brasil.

Sérgio Rosa

Foto: PR de Bruno

Resguardar a representação da PREVI nas empresas. Essa tem sido a grande preocupação do diretor Sérgio Rosa. Para isso vem fazendo uma avaliação criteriosa dos conselheiros e procurando os melhores currículos para cada empresa. Informar aos associados a real situação dos investimentos é outra prioridade para o diretor. Nesta entrevista, Sérgio Rosa fala de realizações e diz que sua visão de PREVI mudou.

Num balanço desses oito meses à frente da Diretoria de Participações (Dipar), o que merece destaque?

Muitos assuntos não previstos ocuparam a gente. Um deles foi a Resolução 2720, que implicaria mudanças nas aplicações da PREVI, se permanecesse em vigor. Em conjunto com as demais diretorias, nos dedicamos à análise desta Resolução e ao estudo de sugestões para tentar alterá-la. Depois tivemos o debate da tributação, que também ameaçava atingir os fundos de pensão. E também houve todo um esforço no sentido de evitar que aquela tese se consumasse. Mais tarde, foi a vez da discussão da Lei das S.A., que limitaria a participação da PREVI nos conselhos de empresas. Por fim, a paridade, cuja implantação foi também problemática, ocasionando a nomeação de um diretor fiscal na PREVI. E, mais recentemente, a edição do Decreto 3.721, que também tem demandado preocupações. Tudo isso tem consumido bastante tempo da Diretoria Executiva.

E com relação aos empreendimentos e empresas que a Diretoria acompanha, o que foi feito?

No âmbito da Dipar, fizemos acompanhamento detalhado de todas as empresas e empreendimentos que estão sob a nossa responsabilidade. Há alguns que necessitam de reestruturação, como o Magic Park, o Umberto Primo, o Terminal Ponta do Félix e a Brasil Telecom. São alguns exemplos de empresas nas quais a gente tem que trabalhar para melhorar o posicionamento da PREVI e recuperar o investimento, refazendo a relação societária. Tivemos grandes processos de reestruturação com saldos positivos, como o descruzamento das ações da Vale do Rio Doce e

CSN. Outro ponto positivo foi a inauguração de Costa do Sauípe.

Houve novidades no processo de seleção de conselheiros?

A grande deficiência desses primeiros meses foi a não conclusão dos estudos para rever e aperfeiçoar o critério de seleção de conselheiros. A gente fez pequenas alterações, mas o estudo mais completo e a implementação detalhada de um modelo de governança corporativa vão ficar para o primeiro semestre de 2001. Mantendo os critérios anteriores, o que vamos fazer é uma avaliação o mais criteriosa possível dos conselheiros. A partir do cadastro que temos hoje, vamos procurar os melhores currículos para cada empresa. Nosso objetivo é resguardar, da melhor maneira possível, a representação da PREVI nas empresas. A indicação dos conselheiros, cujos mandatos vencem no próximo mês de abril, será feita basicamente dentro dos mesmos critérios anteriores. A diferença é que vamos ser mais rigorosos no processo de avaliação e de seleção nas indicações que a Dipar estará fazendo à Diretoria Executiva e ao Conselho.

Quais são os planos para 2001?

O plano central da Diretoria de Participações é implantar um modelo de governança corporativa para melhorar o desempenho de todas as participações acionárias da PREVI, com representação nos conselhos. Esse modelo prevê tanto o aperfeiçoamento dos critérios de seleção e avaliação dos conselheiros quanto a melhoria do processo de acompanhamento das empresas, com a sistematização de relatórios e a definição

de planos e de metas para cada uma delas. Além disso, com o modelo de governança, vamos definir em quais empresas temos que rever, com prioridade, a nossa participação acionária. Tudo isso requer melhoria da equipe e de sistemas e criação de novos procedimentos de acompanhamento. O objetivo é continuar a dar transparência às participações da PREVI, organizando cada vez mais as informações, para apresentar aos associados a situação real dos investimentos.

Sua visão de PREVI mudou?

Seguramente. Enxergar a PREVI do ponto de vista da Diretoria permite uma visão mais detalhada da real situação da PREVI. Sem dúvida, é uma entidade de natureza extremamente complexa. Tanto do ponto de vista dos investimentos e da organização necessária para cuidar deles, parte fundamental para garantir os recursos necessários ao pagamento das aposentadorias, quanto do equacionamento dos planos de benefícios. A missão da PREVI é garantir os benefícios e melhorá-los cada vez mais e a complexidade de cada mudança, de cada alteração, é uma coisa seguramente maior do que a gente pode imaginar não estando diretamente na gestão da PREVI. A gente passa a ter contato com os órgãos reguladores, com as limitações legais, e aí se coloca na situação de não só enunciar desejos, mas de buscar soluções. E isso torna o desafio muito maior.



Erik Persson

Para o diretor de Planejamento, “a função de um fundo de pensão não é ter superávit. O fundo deve ter em mãos recursos para pagar seus participantes”. Neste sentido, o trabalho que sua Diretoria está desenvolvendo para integrar recursos e compromissos tem suma importância. Nesta entrevista, Erik fala de realizações, planos e também de frustrações.

O que o senhor destacaria nesses oito meses à frente da Diretoria de Planejamento?

Hoje a PREVI tem uma cultura de planejamento. Foi elaborado um Plano de Atividades Anuais que dá uma visão integrada de todos os projetos que estão em andamento na Instituição e pode proporcionar exatidão ao orçamento administrativo. Também foi desenvolvido fluxo de caixa de longo prazo que permite acompanhar o nível de liquidez da PREVI. Para os participantes do Plano de Benefícios 2, a Diretoria elaborou uma política de investimentos que permite a escolha de perfis diferenciados de aplicação. Este estudo vai ser apreciado pelo Conselho Deliberativo. Também analisamos e traçamos estratégias para cinco setores da economia: energia elétrica, telecomunicações, siderurgia, petróleo/gás e saneamento.

E o projeto de gestão integrada de risco, em que fase está?

Em 2000 trabalhamos em conjunto com a consultoria Algorithmics na construção do banco de dados que um projeto desse tipo requer. Esse trabalho está praticamente concluído. Já estamos calculando o risco de aplicações em renda fixa e renda variável dentro de um projeto-piloto. Depois de mapeados todos os ativos da PREVI e finalizado o módulo que avalia o risco do passivo atuarial, vamos poder implantar a gestão de risco, integrada entre passivo e ativo. A previsão é de que isso ocorra no segundo semestre.

Na prática, que benefícios a gestão integrada de risco traz para a PREVI?

Vamos usar uma proposta de investimento em um shopping center como exemplo. Antes de o negócio ser analisado pela Diretoria Executiva, será possível fazer uma simulação, incluindo aquele ativo na carteira da PREVI e avaliando o nível de risco que está embutido na ope-

ração em face da liquidez necessária à PREVI para honrar seus compromissos de longo prazo. Ou seja, a avaliação do risco será mais um elemento para subsidiar a decisão de investimentos e desinvestimentos.

A PREVI será o primeiro fundo de pensão a dispor desse instrumento?

Sim. Mesmo no Exterior, este modelo que a PREVI está desenvolvendo para avaliação do risco por 10, 20 ou até 30 anos é uma novidade. A secretária de Previdência Complementar já comentou que pretende implementar o controle de risco nos fundos de pensão, a exemplo do que o Banco Central fez com os bancos, e a PREVI está se antecipando a essa provável demanda do órgão regulador.

É a sua Diretoria que elabora o documento de Políticas e Diretrizes de Investimentos. Há alguma característica do próximo documento que mereça destaque?

O próximo documento levará em conta as obrigações com o pagamento dos benefícios, o passivo da PREVI. Os investimentos devem ser feitos sempre com a preocupação de gerar rendimentos e de proporcionar segurança para honrar os compromissos. Além disso, entendemos que um fundo do porte da PREVI tem uma responsabilidade política e social muito grande como investidor. Critérios como respeito ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas dos empregados, enfim, o perfil social da empresa deve ser avaliado na hora de investir. Essa política de investimento socialmente orientado já é uma prática nos fundos americanos e europeus. Por fim, o próximo documento recomendará que a PREVI, quando inevitável, assuma prejuízos de aplicações mal feitas no passado, numa época em que não havia representação dos trabalhadores na Instituição capaz de fiscalizar e impedir que os recursos fos-

sem mal utilizados. A PREVI deve fazer uma reavaliação de seus ativos para que o valor contabilizado corresponda à realidade e não ao valor de aquisição que, em alguns casos, está defasado. Hoje existem ativos que estão subvalorizados e outros super valorizados.

Sua visão de PREVI mudou depois de assumir a Diretoria?

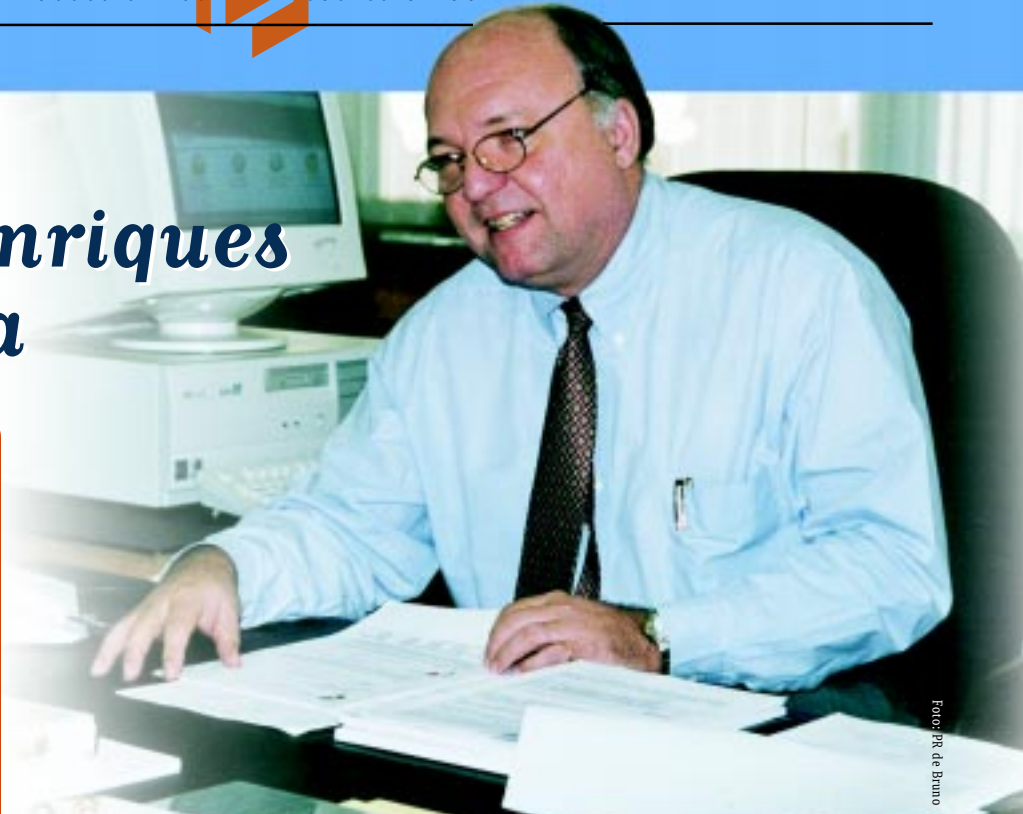
Pelo contrário, se consolidou. Muitas questões que poderiam ser resolvidas no âmbito da PREVI, em benefício do funcionalismo, não o são em função das posições assumidas pela atual direção do BB. O PAI 45, o saneamento da Carim e o aumento do benefício mínimo são exemplos disso. Infelizmente no que diz respeito à PREVI, o BB prioriza a questão do superávit com o objetivo de amortizar sua dívida para com o fundo. Eu, particularmente, tenho a frustração de não conseguir fazer com que a PREVI e o BB sejam parceiros, pois existe uma grande sinergia em potencial nos negócios de ambas as Instituições. Eu já percebia essa falta de integração antes de assumir a Diretoria. E, agora, essa percepção está confirmada.

E os planos? O que a Diretoria pretende fazer?

Uma das prioridades é fazer com que o Corpo Social participe do processo de planejamento da PREVI. A nossa inspiração é o modelo de orçamento participativo, aplicado em diversas administrações municipais e estaduais democráticas no Brasil. Mas é lógico que esse modelo carece de uma adequação ao processo interno da PREVI, que é diferente de uma administração pública. Antes de assumir, eu achava que não existia participação dos associados nas grandes decisões. Realmente não existe. Os associados não conseguem ter participação efetiva nas decisões relativas ao destino dos seus próprios recursos. Nosso objetivo é possibilitar essa participação.

Nélio Henriques Lima

Nélio Henriques Lima ocupa o cargo de diretor de Administração. É quem cuida da “casa”, fornecendo a infra-estrutura necessária para o funcionamento da PREVI. Está à frente de projetos avançados, como a Controladoria, que “inaugura uma nova fase de medição de custos e rentabilidade” para todas as gerências. Nesta entrevista, o diretor destaca a importância do Código de Ética, documento onde estão formalizados preceitos e modelos preconizados pela PREVI.



O que aconteceu de mais importante na Dirad no ano 2000?

A consolidação do projeto da Controladoria foi o destaque de 2000. Aprovada em julho, a Controladoria inaugura nova fase na medição de custos e de rentabilidade. Terminamos também o Código de Ética, aprovado pela Diretoria agora no início de 2001 e em fase de apreciação pelo Conselho Deliberativo.

Qual a importância da Controladoria?

Embora o nome seja Controladoria, não é um órgão de controle e sim de gerenciamento econômico. Não interfere com a contabilidade, nem com as outras áreas, pois tem um enfoque gerencial. Cada gerência tem suas metas e o respectivo orçamento para alcançar os resultados planejados. Trata-se cada gerência como uma unidade de resultado, analisando o quanto cada uma rece-

beu e o quanto cada uma cumpriu dos objetivos traçados. A partir daí é possível formar o retrato da empresa e a participação de cada gerência no resultado total. A Controladoria não vai dizer como corrigir, mas vai apontar quais são os desvios e os administradores vão procurar as correções necessárias. Este processo é pioneiro num fundo de pensão no Brasil.

Como o Código de Ética é aplicado no dia-a-dia da PREVI?

O código vai orientar questões como relação com fornecedores, confidencialidade de informações e conflitos de interesses. Um exemplo prático: os funcionários da PREVI não podem aceitar favores de empresas que se relacionam com a Instituição. O código é uma norma disciplinadora; são princípios e valores que devem ser seguidos. É um diferencial que se agrega hoje ao mercado de trabalho e às grandes empresas.

A PREVI completa em abril um ano na sede do Mourisco. Houve redução com os gastos de condomínio em relação à sede antiga?

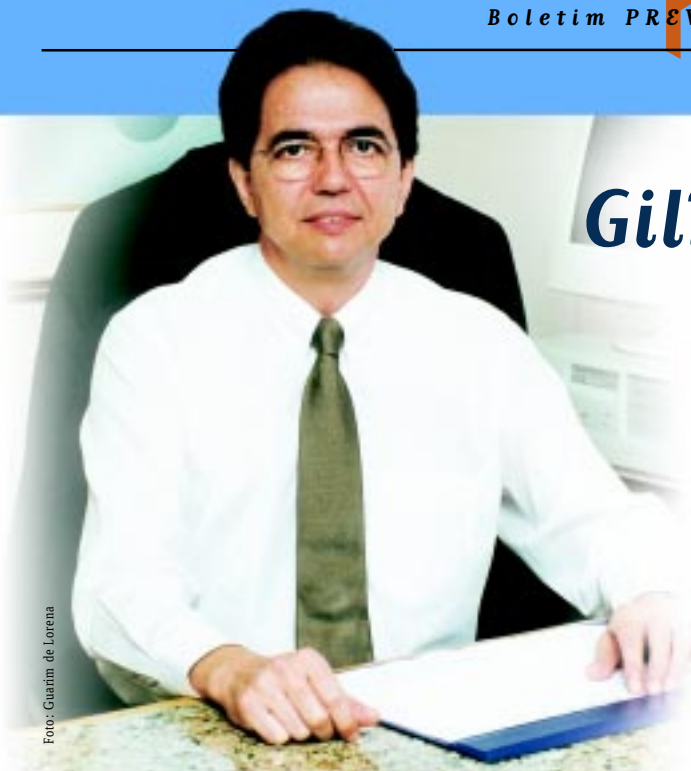
A vinda para o Mourisco reduziu vários custos comparativamente à estrutura que era utilizada na Praia do Flamengo. Houve redução nas despesas de manutenção, de energia, de ar condicionado, de vigilância, dentre outras. A atual estrutura é mais adequada às normas de medicina do trabalho e atende com mais funcionalidade aos associados. Para os funcionários, não podemos esquecer que quando se

está bem no ambiente de trabalho, há uma tendência natural a elevar a produtividade.

No endereço antigo havia dificuldade logística porque as diretorias ficavam em espaços diferenciados. Algumas áreas até em prédios separados, o que dificultava a integração dos funcionários. Era um prédio antigo, com manutenção cara. Com a reforma do estatuto de 1997, houve ampliação do corpo diretor que, à época, se instalou sem as devidas adequações.

Como o senhor faria uma retrospectiva de 2000 na PREVI?

O ano passado foi marcado por várias ações que infelizmente não foram concluídas plenamente, como a questão da Carim, para a qual a Diretoria continua buscando a forma ideal. Tivemos também uma série de discussões sobre a paridade, e infelizmente não chegamos a um bom termo dentro do tempo previsto, mas acreditamos que haverá solução em termos aceitáveis por participantes e patrocinadora. Foi um ano de bastante sobressaltos em termos de gestão, em função de novas normas reguladoras, mudanças de critérios. Foram fatos novos que ocasionaram algum impacto relativo na estratégia e na condução dos negócios da PREVI. Mas eu diria que todos têm um caráter positivo, pois cada sobressalto leva a reflexões mais profundas de como é que se deve gerir os negócios, como se deve conduzir a política de investimentos e a política de administração. Então, nos levam a aprender mais.



Gilberto Audelino

Para Gilberto Audelino, o papel da Diretoria de Investimentos é garantir liquidez suficiente para pagar as aposentadorias todo mês. “A Diretoria de Investimentos prepara hoje os ativos que vão atender o futuro. Os recursos têm que estar disponíveis sempre que necessário.” Na entrevista, o diretor faz um balanço dos acontecimentos na área investimentos e fala o que acha a respeito de uma possível reavaliação dos ativos da PREVI.

Quais os fatos que mereceram destaque em 2000 na área de investimentos?

Em renda variável, nos dedicamos à consolidação dos investimentos realizados nos setores de energia elétrica e telecomunicações, considerados estratégicos para a PREVI. Participamos da privatização da Celpe (Centrais Elétricas de Pernambuco) e, dentro do complexo Guaraniana, foram desenvolvidos projetos de termoeletricas (Termoauçu – RN e Termoper-nambuco – PE). Também foram consolidados diversos investimentos como Coelba, Cosern, Celpe e CPFL. A oferta pública da Embraer em Nova Iorque foi um grande sucesso, gerando valorização das ações que a PREVI detém na empresa. Siderurgia também foi um setor muito movimentado, cuja conclusão do descruzamento das participações da Vale e da CNS será efetivada neste ano. Na parte imobiliária, tivemos o início da operação de Costa do Sauípe, sem dúvida o principal investimento imobiliário da PREVI. Em matéria de desinvestimento, estamos concluindo a venda da participação da PREVI na Bombril. Houve, também, venda de ações de mercado, aquelas não vinculadas ao bloco de controle de empresas.

No início do ano passado, o senhor falou que um dos planos para 2000 era identificar e mapear os ativos para fazer um melhor casamento com as exigências do passivo. Esse mapeamento foi feito?

Esse trabalho caminhou pouco pois dependemos da conclusão do projeto da Diretoria de Planejamento, que vai permitir fazer o casamento do passivo com o ativo. Somente com a conclusão desse projeto, vamos poder determinar

o quanto de recurso a PREVI precisa manter a longo prazo. Mas hoje nós temos claramente identificadas quais são as ações da carteira que pretendemos manter e administrar. Também definimos conjunto de ações e de imóveis que pretendemos vender. Alguns imóveis precisam ser vendidos para garantir uma boa rentabilidade na nossa carteira imobiliária.

E quanto ao desenquadramento em Renda Variável? O que foi feito no ano passado?

O desenquadramento persiste, mas varia muito em decorrência da valorização ou não das ações na Bolsa. No ano passado, nós reduzimos a nossa participação em renda variável e ainda estamos em processo de venda. Mas é bom frisar que a gente escolhe o que e quando vender, procurando sempre a melhoria da performance da carteira para garantir o retorno necessário à cobertura do passivo. Ou seja, a venda de ações não pode ser feita exclusivamente em função de um desenquadramento.

Com a redução dos investimentos de renda variável, a PREVI aumentou sua participação em algum outro segmento?

Uma parte foi para a carteira de imóveis, principalmente em função da consolidação do investimento em Costa do Sauípe. O restante foi alocado em renda fixa para atender nossa necessidade de liquidez, particularmente em função da implantação da paridade, que representa possibilidade de mudança no fluxo de contribuições.

A imprensa tem dado destaque à possibilidade de reavaliação da carteira de investimen-

tos dos fundos de pensão. Há possibilidade de os ativos da PREVI serem reavaliados?

Só se as regras mudarem. Hoje os ativos da PREVI estão contabilizados de acordo com as normas definidas pela portaria MPAS 4.858, de 17.2.1999. O valor das participações em bloco de controle de empresas, por exemplo, não leva em conta o chamado prêmio de controle. Mas como é que esse prêmio seria contabilizado se ele só é definido durante a venda? Caso haja regras que definam essa contabilização de prêmio de controle, é possível que o superávit da PREVI cresça, mas é apenas uma análise prévia, com base no conhecimento da nossa carteira de investimentos. Em contrapartida, com uma reavaliação baseada no valor de mercado, alguns ativos podem ficar abaixo do valor contábil, mas isso vai representar um percentual muito pequeno de toda a carteira da PREVI.

Considerando todos os tipos de aplicação, como estão hoje os ativos da PREVI?

Os ativos que apresentam dificuldade de liquidez ou cujo valor está abaixo do que foi investido representam um percentual baixíssimo da carteira da PREVI. E mais: aqueles ativos que estão contabilizados pelo valor histórico, por não terem sido negociados no mercado nos últimos tempos, certamente têm valor econômico maior. O fato de o associado escutar falar mais de maus do que de bons investimentos, principalmente na imprensa, pode fazê-lo pensar que a maioria dos ativos da PREVI é ruim. Isso não é verdade. Na realidade, a carteira de investimentos da PREVI é muito boa. O associado pode ficar tranquilo.

Atendimento ao associado, concessão de benefícios e de empréstimos, este é o universo da Diretoria de Seguridade. Seu titular, Henrique Pizzolato, fala dos acontecimentos do ano que passou e dos principais desafios de 2001: solucionar as questões da Carim e implantar a nova Capec.

Em entrevista para o Boletim PREVI em março de 2000, o senhor ressaltou a importância de termos o foco no associado, cliente da PREVI. Como caminharam as realizações nesse sentido?

O ano de 2000 para a Diretoria de Seguridade representou a consolidação de projetos essenciais dentro da visão de que o associado é a razão da existência da PREVI. Implantamos sistemas de informações que possibilitam auto-atendimento pelo telefone. Ampliamos o sistema de atendimento para 30 atendentes na central telefônica e pretendemos adequar o sistema para usar o auto-atendimento para pesquisas e votações. Já melhoramos muito.

Internamente, o que o senhor registraria como avanços na área de seguridade em geral e na concessão de benefícios?

Fizemos um trabalho intenso de depuração de dados cadastrais e hoje temos precisão nas informações usadas nas reservas matemática e pessoal. Estamos homologando a tábua atuarial específica da PREVI. Assim teremos cálculos mais condizentes com o grupo de associados, com extrema segurança com relação às nossas reservas matemáticas, colocando a PREVI na vanguarda do sistema. A consolidação do Prisma a nível nacional foi uma grande conquista na área de concessão de benefícios. O trabalho conjunto com o INSS evita erros e atrasos. As concessões que chegavam a demorar mais de um ano estão se dando em um mês.

Aposentados e pensionistas representam hoje quase 50% do universo de pessoas vinculadas à PREVI. O que podemos destacar para esse grupo?

O processamento da folha de pagamento de aposentados e pensionistas possibilita a veiculação de informações e atualização do nosso cadastro de endereços. Outro fato positivo foi conseguirmos junto à Receita Federal permissão para separar o complemento PREVI do benefício do INSS. Isso significou, em média, R\$ 200,00 a mais de benefício no mês, que só deverão ser acertados na declaração do imposto de renda. Também agilizamos, junto à Cassi, a isenção do imposto de renda para os aposentados e pensionistas por-

tadores de doenças graves.

Qual o balanço do Plano de Benefícios 2 em 2000?

No Plano 2, encerramos o ano com aproximadamente 10 mil associados, atingindo quase 70% dos novos funcionários. Isso traz perpetuidade para a PREVI e coloca nosso Plano 2 entre os vinte maiores planos de benefícios do Brasil. Aprovamos o empréstimo simples para aqueles que já estejam há mais de dois anos no plano, tempo para formação de reserva. Foi também aprovada a implantação de sistema para que os associados desse grupo possam decidir onde querem investir parte de seus recursos. É a gestão participativa da carteira. A concretização dessas decisões depende agora do desenvolvimento de sistemas.

Qual a expectativa de implantação da reestruturação da Capec?

O Conselho Deliberativo aprovou a reestruturação da Capec com a recomendação de que ela seja implantada a partir de agosto de 2001. Em 2000, mantivemos o equilíbrio entre a arrecadação e o pagamento dos pecúlios, mas a situação continuava preocupante. Agora vamos para a fase de implantação e divulgação, fundamental para a garantir a adesão dos associados. Vamos adotar sistemas de planos e a cobrança dos prêmios vai ser por faixa etária tornando a Capec atrativa para o Plano 2. O plano permite o recebimento do pecúlio em vida bem como a elevação do pecúlio além do teto de 40 salários de contribuição do INSS. Analisamos ainda a possibilidade de estendermos a Capec aos familiares, porém, como são produtos novos, precisam da aprovação da Secretaria de Previdência Complementar.

2000 não trouxe solução para a Carim. As definições podem ser esperadas para este ano?

Embora a Diretoria tenha aprovado os estudos, no Conselho Deliberativo não obtivemos quorum suficiente para implantar as mudanças: desconto para quitação antecipada e a transferência de titularidade. Agora estamos desenvolvendo

Henrique Pizzolato

Foto: Guarini de Lorena

do estudos adicionais solicitados pelo Conselho.

E a paridade das contribuições?

Esse foi outro ponto que nos demandou muito tempo e estamos empenhados em resolver. Nós nos envolvemos muito. Em agosto, tínhamos chegado àquela que, no nosso entendimento, seria a alternativa mais viável: o Banco reduziria sua contribuição, não teríamos transtornos e cumpriríamos a lei. Mas infelizmente durante a fase de negociação, em função das reservas que a PREVI apresentou, não se chegou a um consenso. Aguardamos agora decisões do diretor fiscal.

Quais os projetos da Diretoria de Seguridade em 2001?

Estamos consolidando o planejamento estratégico nas gerências para este ano. Queremos implantar mais informações para os associados no auto-atendimento e estamos negociando convênios para oferecer produtos e serviços em condições especiais para os associados. Nossa meta é aumentar as adesões dos novos funcionários ao Plano 2 garantindo longevidade para a PREVI. No empréstimo simples, estamos em entendimentos com o Banco para implantar sistema que permita ao associado requerer empréstimo simples nos terminais de auto-atendimento.

Para 2001 temos como desafios: solucionar o problema da Carim e implantar a nova Capec. Junto aos demais fundos de pensão, estamos trabalhando para que o decreto-lei que alterou a idade mínima para o complemento de aposentadoria não venha a causar danos para os associados e a desestimular a participação dos trabalhadores nos fundos de pensão.

PLANO 2

Plano 2 cresce em todo o País

Mais colegas estão se associando à PREVI. É gente nova que chega. O ano de 2000 teve um crescimento de 236% em relação a 1999, passando de 2854 para 9594 participantes. O Rio Grande do Norte é o estado com mais adesões durante o ano passado, chegando a 94% dos colegas que tomaram posse.

Desde as primeiras inscrições, em 1998, até dezembro de 2000, o Plano 2 contava com 9.594 colegas. Deste total, 3.123 são do estado de São Paulo, onde houve concurso também em 1998. Hoje, 62% dos inscritos são do sexo masculino e 38%, do sexo feminino. Os jovens são os mais interessados em manter fundo de pensão: 38% do total têm entre 20 e 24 anos e 25%, entre 25 e 29 anos. Hoje, existem 11 beneficiários de pensão.

Como aderir à PREVI

Se você ainda não se inscreveu e quer informações sobre a PREVI, ligue para a Central de Atendimento, 0800-21-0505 ou acesse nosso site, www.previ.com.br. Neste endereço, na seção Atendimento, você encontra link para o Plano 2, com diversas informações e a ficha de inscrição, que também está no Sisbb – LIC 55-1-2-99991-0101. Uma vez preenchido e impresso, o formulário deve ser assinado e remetido para PREVI/Gevar (RJ) por malote ou pelo correio. A contribuição corresponde a um desconto de 7% sobre os proventos brutos e o Banco do Brasil contribui com valor idêntico.



INVESTIMENTOS

Atrás do trio elétrico só não vai...

O Sofitel Suítes & Resort Costa do Sauípe tem 198 suítes, sendo 2 duplas. No Restaurante e Bar Tabuleiro, o hotel oferece comida típica baiana e no Restaurante Casa Grande, cozinha internacional. Na decoração predomina o granito, a madeira e fibras naturais

Costa do Sauípe é só folia. Os hotéis Sofitel Suites, Sofitel Conventions, Renaissance Resort, SuperClubs e as seis pousadas tiveram 100% de ocupação durante o carnaval. No final de março, o Marriot Resort & SPA será inaugurado, totalizando 1.596 apartamentos, entre hotéis e pousadas.

Costa do Sauípe está atraindo cada vez mais turistas do exterior. Além da Argentina, que já opera dois vôos charter, a Itália começa a trazer visitantes em julho próximo. Com 250 lugares, o vôo vai sair toda semana de Milão direto para Salvador. O acordo foi fechado com a Rotatur, companhia de charters da Varig. A partir de maio, partem vôos direto da Inglaterra para Sauípe. Alemanha, França, Portugal, Espanha, Uruguai e Chile também estão negociando.



POR DENTRO DA PREVI

Devolução e correção das contribuições PREVI: Justiça nega pedido de pedevistas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou os argumentos da PREVI e suspendeu provisoriamente a execução de pagamento de ação movida por ex-participantes que saíram no PDV. Em todo o Brasil, cerca de 1200 processos pleiteiam restituição das cotas patronais e aplicação de índices expurgados para corrigir os valores recebidos.

O gerente da área jurídica da PREVI, Ricardo Simões Salim, acredita que, na questão da devolução de cotas patronais, “será considerada a falta de previsão legal”. Segundo ele, é da própria natureza do contrato de previdência privada “a obrigação de contribuição do patrocinador para a cobertura dos riscos iniciais e dos benefícios não programáveis. Portanto, as contribuições patronais são do plano e não do participante, cabendo ressaltar que por serem do plano não podem também ser restituídas ao patrocinador”.

Quanto à correção de valores das contribuições, Salim ressalta que a Lei 6.435, de 15/7/1977, estabeleceu que a correção monetária das contribuições pessoais deveria ser feita pela ORTN. “Quando este índice foi extinto, a PREVI passou a adotar os que sucederam a ORTN. Decisões judiciais anteriores têm acolhido a nossa tese, indicando a prevalência do índice contratado”. A expectativa é que o STJ julgue favoravelmente à Caixa de Previdência.

Prisma, há um ano em todo o Brasil

Em fevereiro de 2001, o Prisma Empresa completou um ano de atendimento aos associados da PREVI e a seus beneficiários em todo Brasil. Parceria entre INSS, Banco do Brasil e PREVI, o Prisma torna a concessão de benefícios da Previdência Oficial mais ágil e segura, com a redução do extravio de documentos, de perda de prazo e de fraudes.

Localizado em Brasília por razões operacionais, o Prisma faz parte da Gerência de Concessão de Benefício (Geben) da PREVI. Neste primeiro ano, a equipe preparou 735 processos de aposentadoria e 706 de pensão por morte. O tempo médio de concessão foi de 23 dias. A análise da maior parte dos documentos e os registros em sistemas do INSS são feitos por colegas especialmente treinados para isso, cabendo ao INSS validar tempo de serviço não constante da CTPS e a própria concessão dos benefícios.

Decreto 3.721 aumenta os pedidos de aposentadoria

Segundo o diretor de Seguridade, Henrique Pizzolato, o Decreto 3.721, que alterou a idade mínima para aposentadoria, impactou o número de pedidos recebidos desde seu anúncio. De 22 de dezembro de 2000 a 15 de março de 2001, foram registrados cerca de 950 pedidos de aposentadoria por tempo de serviço ou antecipada. No ano de 2000, a Geben concedeu 1063 desses benefícios, inclusive aposentadorias antecipadas a partir dos 50 anos, sem INSS, que não transitam pelo Prisma.

Atenção:

Se você é contribuinte externo ou aderiu ao PAQ, não teve outro empregador, nem foi contribuinte individual da Previdência Oficial (via carnê), encaminhe seu pedido ao Prisma Empresa quando for solicitar sua aposentadoria ao INSS. Isso é necessário porque no sistema do Instituto seus dados estarão atrelados ao último empregador, no caso, o Banco do Brasil. Mais informações pelo 0800-21-0505.



Comprovantes para IR já foram enviados

Os comprovantes de rendimentos de aposentados e pensionistas da PREVI, os extratos de pagamento de pensão alimentícia e os demonstrativos referentes ao pagamento da Carim e do Empréstimo Simples já foram enviados pelo correio. Se você ainda não recebeu o seu, pode solicitá-lo pela Central de Atendimento, 0800-21-0505, ou acessar o site www.previ.com.br e enviar mensagem na seção “fale conosco”.

Todos os pedidos de segunda via, inclusive os enviados pela Internet, serão atendidos pelo correio. No site da PREVI estão disponíveis dois programas da Receita Federal: o gerador do IRPF 2001 e o ReceitaNet, que permite enviar a declaração pela internet.

Secretária nega intervenção e déficit

A imprensa tem divulgado informações sobre a PREVI que não correspondem à verdade. Já disseram que estaria sob “intervenção”, e que apresentaria problemas de “déficit”, o que tem deixado os associados apreensivos. Para esclarecer essas questões, o Boletim PREVI ouviu a secretária de Previdência Complementar, Solange Paiva Vieira.

A PREVI está sob intervenção?

Solange – Não. A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) não decretou intervenção na PREVI. O que nós fizemos foi nomear um diretor fiscal para o fundo.

Por que SPC designou um diretor fiscal para a PREVI?

Solange – A proposta da Secretaria com a nomeação de um diretor fiscal foi de tentar resolver um conflito existente entre a diretoria do Banco do Brasil e a PREVI. A Emenda Constitucional n.º 20, de dezembro de 1998, que trata da reforma da Previdência Social, deu prazo de dois anos para que as Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPPs) observassem a paridade contributiva entre participantes e patrocinadora e o ajuste atuarial. O problema da PREVI é o da paridade contributiva e é pensando em solucionar essa questão que a SPC designou um diretor fiscal.

Qual a diferença entre a nomeação de um diretor fiscal e a decretação de intervenção?

Solange – Quando a SPC decreta intervenção em uma Entidade Fechada de Previdência Privada, toda a diretoria é afastada de suas funções. E não só a diretoria, como também os conselhos

do fundo sob intervenção são afastados de suas funções enquanto permanecer a intervenção. Além disso, os bens dos ex-administradores e conselheiros ficam indisponíveis em decorrência da aplicação do artigo 71 da Lei 6.435/77.

Com a nomeação de um diretor fiscal, a diretoria do fundo de pensão continua desenvolvendo normalmente suas atividades.

Quais as atribuições do diretor fiscal?

Solange – O diretor é uma espécie de fiscal da Secretaria de Previdência Complementar. Ele atua de forma ativa, tentando resolver os problemas para que não seja necessária uma intervenção no fundo.

Já existe previsão para o término do trabalho do diretor fiscal?

Solange – O diretor fiscal tem um prazo de 120 dias para realizar seu trabalho. Esse prazo pode ser prorrogado, mas a SPC acredita que, no caso da PREVI, será possível resolver a questão da paridade dentro do primeiro prazo fixado.

A PREVI apresenta problemas de déficit?

Solange – A princípio a PREVI tem superávit de caixa. Existe, inclusive, uma discussão no sentido de se utilizar parte desse superávit para alcançar a paridade contributiva no fundo.

Idade Mínima em exame no Congresso e no STF

A nova idade mínima para recebimento do complemento de aposentadoria por tempo de serviço, estabelecida pelo Decreto 3.721, de 8/1/2001, continua sendo analisada no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF). A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contestando o decreto e apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) não teve o mérito julgado pelo STF. Outra Adin, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC) foi apresentada.

Ainda questionando o Decreto 3.721, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) do deputado Geraldo Magela (PT-DF) continua aguardando exame das comissões temáticas e dos plenários da Câmara e do Senado, após ter sido aprovado pelo relator. Outros dois PDL foram também apresentados.

O que muda com o Decreto 3.721

O Decreto 3.721 altera, a partir de julho deste ano, o critério de idade mínima para recebimento do complemento de aposentadoria por tempo de serviço. A idade é aumentada gradativamente, acrescentando-se seis meses por ano. Assim, até junho o participante recebe o complemento com 55 anos de idade. Em julho, deverá ter 55 anos e meio. A progressão vai até 2020, quando chega-se à idade mínima de 65 anos para receber o benefício.

Para o associado da PREVI, permanece a opção do complemento de aposentadoria antecipada. Quem não tiver a nova idade mínima exigida pelo Decreto, pode pedir o benefício antecipado, observadas as condições do Art. 36 do Regulamento do Plano de Benefícios 1.

Urgência para os PLC da Reforma da Previdência

Os Projetos de Lei Complementar (PLC) da Reforma da Previdência entraram em regime de urgência constitucional em 13/2, a pedido do Presidente da República. Isso significa que, a partir dessa data, o Senado tem 45 dias para aprová-lo e, caso alterado, volta à Câmara com mais 45 dias. As alterações que estão sendo submetidas incluem mais uma vez pontos que poderão modificar o modelo de gestão compartilhada da PREVI, vez que prevêem representação paritária, voto de qualidade e número máximo de membros nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Novos limites em estudo

As regras para investimentos dos recursos dos fundos de pensão voltam a ser discutidas. O Banco Central apresentou minuta de nova resolução para os fundos analisarem, em substituição à Resolução 2.720, suspensa em dezembro. A nova resolução determina outros limites percentuais para investimentos em renda fixa, variável, imóveis e operações com participantes.